

**HABEAS CORPUS Nº 544.804 - AM (2019/0336414-8)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : ANDRE LUIZ HESPANHOL TAVARES E OUTROS**  
**ADVOGADOS : FELIX VALOIS COELHO JUNIOR - AM000339**  
**MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY - AM004271**  
**ANDRE LUIZ HESPANHOL TAVARES - RJ109359**  
**YURI DANTAS BARROSO - AM004237**  
**DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES - AM007613**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**PACIENTE : ALEJANDRO MOLINA VALEIKO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**DESPACHO**

Em resposta à consulta do Excelentíssimo Ministro **LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**, à fl. 161 (e-STJ), apresento os seguintes motivos para discordar das razões apresentadas na petição de fls. 153-156 (e-STJ).

Sob o aspecto meramente formal, há de se observar que a normativa trazida pelo impetrante para refutar a regra da prevenção está no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, e não no Regimento desta Corte:

"A propósito, é exatamente este o sentido que segue, por exemplo, de forma expressa, o Regimento Interno **do Supremo Tribunal Federal**, Corte Maior do sistema judiciário pátrio:

Art. 69.1 A distribuição da ação ou do recurso gera prevenção para todos os processos a eles vinculados por conexão ou continência.

§ 2º1. Não se caracterizará prevenção, se o Relator, sem ter apreciado liminar, nem o mérito da causa, não conhecer do pedido, declinar da competência, ou homologar pedido de desistência por decisão transitada em julgado. (Regimento Interno do STF)

Sobre essa mesma questão, os Requerentes ressaltam a V. Excelência que o Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça também não prevê o despacho que extingue ações e recursos como hipótese de prevenção, sendo omissos quanto a tal hipótese. Efetivamente, não há que se falar em Juiz Natural, quando o processo anterior sequer fora conhecido." (e-STJ, fls. 153-154)

Veja-se que o RISTJ não traz semelhante exceção à regra da prevenção pela distribuição. Em vez disso, disciplina expressamente a prevenção nas ações e recursos decorrentes do mesmo procedimento policial investigatório.

A propósito:

"Art. 71. A distribuição da ação, do recurso ou do incidente torna preventa a competência do relator para todos os feitos posteriores referentes ao mesmo processo ou a processo conexo, inclusive na fase de cumprimento de decisão; a distribuição do inquérito e da

sindicância, bem como a realizada para efeito da concessão de fiança ou de decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá a da ação penal. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 24, de 2016)

§ 1º Se o relator deixar o Tribunal ou transferir-se de Seção, a prevenção

será do órgão julgador.

§ 2º Vencido o relator, a prevenção referir-se-á ao Ministro designado para

lavrar o acórdão.

§ 3º Se o recurso tiver subido por decisão do relator no agravo de instrumento, ser-lhe-á distribuído ou ao seu sucessor.

§ 4º A prevenção, se não for reconhecida, de ofício, poderá ser arguida por qualquer das partes ou pelo órgão do Ministério Público, até o início do julgamento.

§ 5º Observar-se-á a regra da distribuição por prevenção de processo para o Presidente de Seção e para as hipóteses previstas no art. 70, §§ 5º e 6º. (Incluído pela Emenda Regimental n. 24, de 2016)

§ 6º **Há prevenção nas ações e nos recursos decorrentes do mesmo procedimento policial investigatório, ainda que derivados de inquéritos diversos.** (Incluído pela Emenda Regimental n. 24, de 2016) (grifou-se)

No viés material, a tentativa da defesa de afastar a prevenção também não prospera. Veja-se que, de maneira salutar, Vossa Excelência examina eventual ocorrência de ilegalidade na prisão temporária, de modo a, se fosse o caso, conceder a segurança de ofício. Portanto, ainda que se considerasse a regra do RISTF, a tese defendida às fls. 153-156 (e-STJ) não mereceria prosperar.

Cito, por oportuno, trecho da decisão monocrática proferida no HC 541.783/AM, no qual se examinou a prisão temporária de outro investigado (VITTORIO DEL GATTO):

"Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **quaestio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar.

Sobre o tema, contudo, insta consignar que a jurisprudência desta eg. Corte há muito já se firmou no sentido de que, ressalvadas hipóteses excepcionais, descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar **indevida supressão de instância**.

Tal matéria encontra-se, inclusive, sumulada, conforme se depreende do enunciado sumular nº **691/STF**, **in verbis**: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*".

Na hipótese, o **writ** impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

"No caso dos Autos, em juízo de cognição sumária, e portanto, não definitivo, constato que o **decreto prisional possui fundamentação**

**idônea, com fatos concretos que evidenciam a imprescindibilidade do cerceamento da liberdade do, ora, Paciente, para o êxito das investigações, e atendidos os preceitos legais da Lei n.º 7.960/1989, que disciplina a prisão temporária, instituto que visa resguardar e garantir o regular início das investigações de crimes graves que demandam atuação urgente.**

Com efeito, depreendo, a princípio, que o caso vertente, com bem delimitado pela MM.' Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM, trata-se de investigação de um dos delitos enumerados no art. inciso III, da Lei n.º 7.960/1989, qual seja, homicídio doloso, previsto na alínea "a".

Ademais, conforme as declarações prestadas na fase policial, bem como, pelo que noticia o Laudo Necroscópico, de fls. 33 e 34, dos autos originais, e **as circunstâncias do caso concreto, trata-se de hipótese, a priori, de homicídio qualificado, ao contrário do que tenta fazer crer a Impetrante, de forma que, por se tratar de delito incluído no rol dos crimes hediondos, o prazo máximo admitido pela legislação de regência para manter um suspeito detido sob prisão temporária é de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período,** quando extrema e absolutamente necessário, conforme o art. 2.º da Lei n.º 7.960/1989 c/c o art. 2.º, § 3.º, da Lei n.º 8.072/1990.

Com relação ao fumus comissi delicti, a materialidade do crime sobeja evidenciada pelo Laudo Necroscópico, de fls. 33 e 34, dos autos originais, que atesta a morte da Vítima, Flávio Rodrigues dos Santos, em virtude de traumatismo abdominal por ação perfurocortante, além de fotografias do corpo do Ofendido, à fl. 85, dos autos originais.

Os indícios de autoria, por sua vez, estão consubstanciados nas peças inquisitoriais, que indicam que a residência em que morava o, ora, Paciente, foi cenário do crime em apuração, de modo que, pelas investigações policiais, os fatos principais devem ter ocorrido entre às 22:00 h e 22:30 h, sendo que, naquele momento, estavam presentes na residência os investigados, Vittório Del Gatto, ora, Paciente, além de José Edvandro Martins de Souza Júnior, Alejandro Molina Valeiko, Elielton Magno de Menezes Gomes Júnior, bem como, a Vítima, Flávio Rodrigues dos Santos.

Além disso, como bem delineado no decreto de prisão temporária, existem incongruências nos testemunhos dos investigados, necessitando ser esclarecidas as circunstâncias em que o crime ocorreu, de modo que a prisão temporária, a priori, evidencia-se imprescindível às investigações, requisito inerente à decretação da prisão temporária, mormente, também, pelo fato de que a investigação policial não foi finalizada.

Nessa linha de intelecção, sobrelevo que, ao ponderar, de um lado, os interesses protegidos com a adoção da medida mais gravosa, pelo douto Juízo de origem, e, de outro, a integridade e os direitos do Investigado, reputo não haver razões, por ora, para a suspensão ou revogação da decisão que determinou a sua prisão temporária.

Lado outro, quanto à substituição da prisão temporária por medidas cautelares, diversas da prisão, não vislumbro, à primeira vista, possibilidade de deferimento liminar da postulação em causa. Isso porque, diante do aparente preenchimento dos requisitos da prisão temporária, alhures especificados, a medida mais gravosa se mostra necessária, não havendo que se falar em sua substituição por medidas cautelares, diversas da prisão, ainda que presentes circunstâncias pessoais favoráveis ao Paciente.

Portanto, em sede cognição sumária, não prospera o pedido liminar de

substituição da prisão temporária por medidas cautelares.

De outro giro, quanto à substituição da prisão temporária por prisão domiciliar, de igual modo, não exsurge, à primeira vista, possibilidade de deferimento do pleito.

Da leitura atenta da norma ínsita no caput, do art. 318, do Código de Processo Penal, que trata da prisão domiciliar, extrai-se que tal substituição diz respeito à prisão preventiva, não havendo nenhuma menção à prisão temporária. Se não, vejamos: "art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (...)" (destaque nosso).

Dessa feita, como bem ressalta o ilustre doutrinador Renato Brasileiro de Lima, "esse silêncio eloqüente deve ser interpretado no sentido da impossibilidade de substituição da prisão temporária pela domiciliar." (LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 998).

Nesse diapasão, impende ainda salientar que não se trata de interpretação estritamente literal da norma jurídica, mas, sim, teleológica, uma vez que, sendo a prisão imprescindível para o bom andamento das investigações, tal finalidade somente pode ser alcançada com a segregação cautelar do indivíduo, sob a custódia do Estado, já que a prisão domiciliar, por sua natureza menos restritiva, facilmente, ensejaria a frustração desse objetivo.

Portanto, em sede cognição sumária, ante a inexistência de expressa previsão legal a embasar o pleito da Impetrante, não se faz possível a substituição da prisão temporária por prisão domiciliar.

[...]

No mesmo sentido, é o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual, "o deferimento da substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, nos termos do art. 318, inciso II, do Código de Processo Penal, depende da comprovação inequívoca de que o réu esteja extremamente debilitado, por motivo de grave doença aliada à impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra" (RHC n.º 58.378/MG, Rei. Ministro FÉLIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 25/08/2015), (STJ, RHC 111.092/MT, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, Julgado em 13/08/2019, Publicado no DJe do dia 30/08/2019).

In casu, da detida análise dos presentes fólios processuais, verifico que a Impetrante colacionou, após a impetração, o Laudo Médico de fls. 260 a 261, subscrito pelo Dr. Cristiano Paiva, no qual há sugestão de que o Paciente seja removido do ambiente em que se encontra para outro mais adequado à sua condição clínica. Contudo, observo, neste ponto, que, embora presente a referida recomendação, inexistem no aludido Laudo quaisquer elementos que sejam capazes de demonstrar que o estabelecimento prisional onde o Paciente cumpre a prisão temporária, determinada pela insigne luíza de Direito da 2.ª Vara do Tribunal do júri, impede o oferecimento do tratamento médico que a condição clínica do Paciente requer.

Nesse trilhar, destaco que, atualmente, **conforme o sobredito Laudo Médico, o tratamento do Paciente consiste em administração de medicação por via oral, a qual, inclusive, foi ajustada após realização de visita médica na Delegacia Especializada em Homicídios e Sequestros, circunstância que demonstra a continuidade da assistência médica necessária ao Paciente, mesmo após a sua segregação cautelar. Dessa feita, não há que se falar em imprescindibilidade de segregação domiciliar.**

# Superior Tribunal de Justiça

Em arremate, no tocante às circunstâncias que antecederam à prisão do Paciente, conforme bem destacado pela MM.ª Juíza a quo, no bojo da nova Decisão, proferida em 17 de outubro de 2019, "quanto às alegações de abusos e irregularidades por parte da autoridade policial, declara a própria defesa de VITTORIO DEL GATTO que aquelas se deram em momento anterior à decisão que decretou a prisão temporária do investigado, razão pela qual o cumprimento desta se mantém incólume, restando - em caso de constatação - as alegadas irregularidades anteriores por parte da polícia, o que deve ser devidamente objeto de análise pelo órgão correccional respectivo, bem como pela Promotoria Especializada no Controle Externo da Atividade Policial (PROCEAP)" (fls. 1012 a 1.023 dos Autos originários).

*Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar*" (fls. 28-33, grifei).

Da análise do excerto transcrito, não verifico a ocorrência de **flagrante ilegalidade** capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido, razão pela qual o **indeferimento liminar** do presente **writ** é medida que se impõe." (Decisão monocrática no HC 541.783/AM; grifo no original)

Além disso, verifica-se, em reiteradas decisões monocráticas de Ministros deste Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento do instituto da prevenção, mesmo quando se está diante de decisão anterior cujo teor tenha indeferido liminarmente o pedido. Nesse sentido: HC 502.930/RS, de relatoria do em. Min. Rogério Schietti; RHC 95.817/RJ, de relatoria da em. Min(a). Laurita Vaz; HC 316.473/SP, de relatoria do em. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador Convocado do TJ/PE); HC 129.695/SP, de relatoria do em. Min. Jorge Mussi; HC 545.480/SP, de relatoria do em. Min. Sebastião Reis.

Nestes termos, em resposta à sua consulta, com fulcro no artigo 71, §6º, do RISTJ, entendo haver a prevenção de Vossa Excelência para julgamento do presente *habeas corpus*.

Em razão da petição de fls. 167-229 (e-STJ), remetam-se os autos com urgência ao em. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador Convocado do TJ/PE).

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator